



ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO GOVERNADOR

OF/CTL/CC nº 277/07.

Curitiba, 29 de agosto de 2007

Proposição  
nº 096/07

1987

GOVERNISTA

I - PROTOCOLO-SE

II - À D.A.P./ACUSAR RECEBIMENTO  
E INSCRIÇÃO NO EXPEDIENTE

III - À D.A.P./DEVOLVER PISOS

em, 29/08/2007

*[Assinatura]*

PRESIDENTE

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 192/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, em conformidade com o art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, ~~vetou~~ Projeto de Lei nº ~~242/07~~, por falta de interesse público pelos motivos que passo a expor.

A proposta do legislador autoriza o Poder Executivo conceder redução, de 50% do valor do pedágio, nas rodovias pedagiadas do Estado, para empresas que realizem transporte de estudantes matriculados no Paraná e que façam uso deste trajeto regularmente.

Primeiramente é necessário dizer que a Lei 15.607,

Ao Excelentíssimo senhor  
Deputado NELSON JUSTUS  
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/CTL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ  
PROTOCOLO Nº 9054  
EM 03, 09, 2007  
*[Assinatura]*  
FUNCIONÁRIO

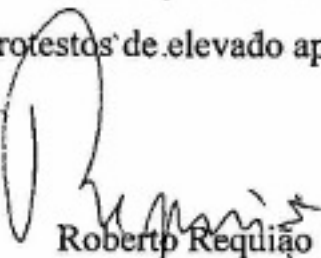


de 15 de agosto de 2007, tratou da isenção de pagamento da tarifa de pedágio, todos os veículos pertencentes aos moradores do Município onde estejam as praças, e os veículos ali emplacados.

Conclui-se que a matéria do Projeto de Lei, já foi aprovada e está em vigência atendendo um número considerável de paranaenses.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
Roberto Requião  
Governador do Estado



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Veto. Razões anexas.

Em 29/08/2007.

## Projeto de Lei nº 242/07

Roberto Requiao  
Governador do Estado

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução, de 50% (cinquenta por cento), do valor do pedágio, nas rodovias pedagiadas do Estado do Paraná, para empresas que realizam o serviço de transporte de estudantes matriculados no Estado do Paraná e que façam uso deste trajeto regularmente.

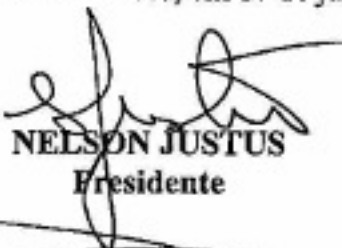
**Parágrafo único.** Poderão ser beneficiados do disposto do *caput* do artigo anterior, também, os estudantes que façam o trajeto até o estabelecimento escolar, com veículo próprio.

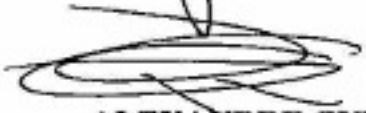
**Art. 2º** Ficará a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a supervisão, regulamentação e execução da presente lei, que deverá comprovar matrículas escolares, horário do transporte e local de residência dos transportados.

**Art. 3º** Para a concessão do benefício, os veículos deverão estar em situação regular junto ao Detran.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 17 de julho de 2007.

  
NELSON JUSTUS  
Presidente

  
ALEXANDRE CURI  
1º Secretário

  
LUCIANA RAGNIN  
2ª Secretária



Justificativa do Projeto de Lei nº 242/07

Conforme dispõe o art. 177, da Constituição do Estado do Paraná, "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Sendo de competência do Poder Público Estadual zelar pela educação, o mínimo que devemos esperar é que esse seja o facilitador para alcance desta meta.

As empresas prestadoras do transporte escolar colaboram, indiretamente, para que a educação seja realmente um direito universal alcançável a qualquer aluno, independente da distância a ser percorrida entre a escola e sua moradia. Pois ao contrário de nada adianta existência de vaga escolar, se não há meios para que o aluno chegue ao estabelecimento escolar.

Assim, o que se pretende, através da presente medida, com a redução de 50% do valor do pedágio é que as empresas, que realizam esse transporte, possam reduzir a cobrança feita aos alunos transportados.

Também, estamos procurando beneficiar os alunos que usam veículos próprios para realizarem esse trajeto, em busca de uma vida profissional melhor.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 96/07

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

*Súmula: Veta integralmente o projeto de lei nº 242/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel.*

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 242/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a conceder a redução no pagamento de tarifas, nas praças de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná, para veículo que transporte estudante com destino à estabelecimento escolar.

**FUNDAMENTAÇÃO**


Inicialmente, deve-se arrolar o artigo 71 da Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Governador importará em sanção.



*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



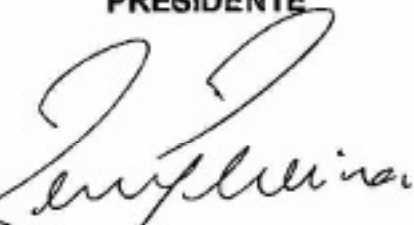
**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

Fixada esta premissa é de se analisar se o prazo de quinze dias foi cumprido. Pelo simples cotejo, destaca-se que o veto está de todo dentro do prazo constitucional, apto estando, porquanto, para apreciação por parte do plenário da Assembléia Legislativa.

Em razão do exposto, **SOMOS FAVORÁVEIS** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 04 de março de 2008.

  
**DEPUTADO DURVAL AMARAL**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO RENI PEREIRA**  
**RELATOR**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Ofício nº 221/08-GP

Curitiba, 10 de dezembro de 2008.

Senhor Governador.

Através do presente, restituo à Vossa Exce<sup>l</sup>ência OF/CTL/CC nº 277/07, de 29/08/2007, protocolado nesta Casa de Leis sob nº 9054, Veto ao Projeto de Lei nº 242/07.

Na oportunidade, renovo protestos de consi<sup>deração</sup> e apreço.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA  
DD Governador do Estado do Paraná  
Nesta Capital

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS  
CC  
DATA- 10 DEZ 2008  
NUM. 07.386.913-7





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*17ª Legislatura – 2ª Seção Legislativa*

**Informação nº: 16/2012-DL**

Curitiba, 23 de fevereiro de 2011.

**Senhor Diretor,**

Atendendo solicitação do **Deputado Marcelo Rangel**, encontramos, nesta Diretoria, cópias do Processo Legislativo referente à **Proposição Veto nº 96/2007**, aposto ao **Projeto de Lei nº 242/07**, de autoria do referido parlamentar, que *"dispõe sobre a redução no pagamento de tarifas nas praças de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná"*.

Informamos ainda, que, segundo nossos apontamentos, em 04 de setembro de 2007, a proposição de veto foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido **Parecer favorável**, conforme relatoria do Deputado Reni Pereira, sendo que, em 04 de março a mesma foi encaminhada à Diretoria de Assistência ao Plenário para inserção na Ordem do Dia.

Ocorre que em 10 de dezembro de 2008, através do Of. nº 221/08-GP, a Assembleia **restituiu** ao Governador do Estado o **processo original da Proposição**, sem que se tenha encerrado a devida discussão e votação do veto em Plenário.

Neste contexto, como solicitado pelo Parlamentar interessado, se faz necessário resgatar a regularização do trâmite daquela proposição que não pode ser arquivada ou desconsiderada sem que haja efetiva deliberação do Plenário e, em face disso, entendemos como necessária a remessa de Ofício à Casa Civil,





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**17ª Legislatura – 2ª Seção Legislativa**

solicitando a devolução da **Proposição Veto nº 96/2007** e do **Projeto nº 242/07**, de autoria do Deputado Marcelo Rangel que a originou.

  
**Maria Henrique de Paula**  
Matrícula 40668

1. Ciente;
2. Encaminhe-se o presente expediente para a apreciação do Presidente desta Casa, com indicação de que se expeça Ofício, solicitando-se a devolução da Proposição.

  
**Mauro Ribeiro Borges**  
Diretor Legislativo



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa


Of. 076/12- GP- SGP

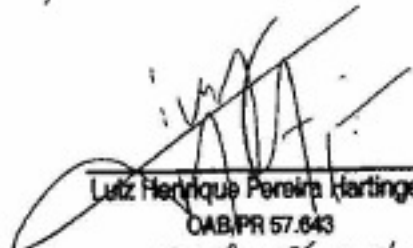
Curitiba, 15 de março de 2012

Senhor Governador,

Em face das razões expostas na Informação nº 16/2012, da Diretoria Legislativa desta Casa, cópia em anexo, solicito a devolução dos Autos originais da Proposição de Veto nº 096/2007 e do Projeto de Lei respectivo, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, para que se conclua o devido procedimento legislativo.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência a minha estima e consideração.

  
**Valdir Luiz Rossoni**  
Presidente

  
Luiz Henrique Pereira Hartinger  
OAB/PR 57.843

CTL-CC 15/03/12  
13:42HS

CÓPIA

Excelentíssimo Senhor  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado do Paraná  
Nesta Capital

CÓPIA



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 872 /2012


Curitiba, 28 de março de 2012

Encaminha-se à  
Diretoria Legislativa  
Em, 30/03/2012  
Presidente

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do ofício 076/12 – GP- SGP e, através do presente, tenho a honra de restituir a Vossa Excelência, para os devidos fins, a anexa Proposição de Veto nº 096/2007 e do Projeto de Lei respectivo, de autoria do Dep. Marcelo Rangel.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
DURVAL AMARAL  
CHEFE DA CASA CIVIL

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

Deleido 30/03/12  
B  
SGP



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

## **17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa**

1. Ciente,
2. Com o retorno da Proposição de Veto, proceda-se a anexação ao Projeto de Lei nº 242/07 e, em face de já haver manifestação da Comissão de Constituição e Justiça, remeta-se ao DAP para que o presente possa ser submetido a apreciação do Senhor Presidente, com vistas à inclusão na "Ordem do Dia", para fins de se dar conclusão ao Processo Legislativo, mediante a necessária apreciação do veto por parte do Plenário desta Casa.

*Mauro Ribeiro Borges*  
Diretor Legislativo



DEP. CHEIDA  
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Fls. 02

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 23 FEV. 2011

**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI Nº. 082/11**

Súmula: *Institui a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis – GDER no Estado do Paraná e dá outras Providências.*

**Art. 1º** - Fica instituída a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis – GDER, no Estado do Paraná.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

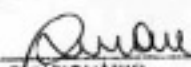
- I. Energias Renováveis – aquelas produzidas por fontes regeneráveis a curto prazo e que não geram emissões de carbono ou são carbono-neutras. Incluem-se neste campo as fontes hidráulica, cinética (eólica e oceânica), solar, biomassa, biomassa residual, gravitacional (marés) e geotérmica.
- II. Geração Distribuída – é o gerador de energia elétrica de pequeno porte, cujos limites de potência estão definidos no Art. 14º do Decreto Federal nº 5163/2004, e que se conecta ao sistema local de distribuição de energia.

**Art. 3º** - Os organismos de pesquisas, público e privados, receberão incentivos para o desenvolvimento, a inovação e o uso da Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte para descentralizar o sistema de geração e promover escala industrial viável para as tecnologias e processos que gerem este tipo de energia.

**Parágrafo único** – Fica instituída a primeira semana de setembro de cada ano como a “Semana Estadual da Geração Distribuída com Energias Renováveis”.

**Art. 4º** – As concessionárias de distribuição de energia localizadas no Estado do Paraná serão estimuladas a participar deste esforço de incentivo à compra da energia proveniente da Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte dentro dos preceitos estabelecidos pela legislação federal e da presente Lei.

1

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº <b>3967</b>
EM <u>24.02.11</u>
 FUNCIONÁRIO



**Art. 5º** - Tão logo seja definida implantação e as regras da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para a Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte, o Poder Executivo, por meio de decreto ou regulamentação, determinará às concessionárias de energia elétrica que operam no Estado do Paraná as modificações necessárias para credenciamento das instituições de ensino ou pesquisa, em cada área correspondente para capacitar, orientar e validar projetos técnicos a serem apresentados para atender as Chamadas Públicas de compra desta energia.

**Art. 6º** - As autarquias e as sociedades de economia mista do Estado do Paraná, observados os respectivos estatutos, adequarão as suas estruturas de forma a compatibilizar as suas atividades com as ações e programas de governo visando tornar efetivas as ações e programas decorrentes da Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte estabelecida por esta lei.

**Art. 7º** - O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER oferecerá ao meio rural a assistência técnica para produção de matéria prima necessária aos projetos de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte, conforme já é estabelecido em seus objetivos legais.

**Art. 8º** - É obrigatória a autorização ou o licenciamento ambiental, conforme a característica ou porte do empreendimento de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte, estabelecido na legislação ambiental pertinente.

**Art. 9º**. As unidades de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte já instaladas até a data de publicação da presente lei terão um prazo mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 18 (dezoito) meses, para adequarem-se às normas previstas neste diploma legal e nas regulamentações oriundas da mesma.

**Parágrafo único** – O órgão administrativo competente estabelecerá os prazos de adequação para cada tipo de empreendimento.

**Art. 10** – Para todos os efeitos legais e administrativos, bem como para os efeitos tributários, os produtores rurais poderão emitir a nota do produtor rural, ou documento equivalente, para a operação de venda da energia elétrica produzida nos moldes previstos neste diploma legal.



**Parágrafo único** – O proprietário rural que aderir ao programa de Geração Distribuída com Energias Renováveis não terá seu enquadramento tributário alterado.

**Art. 11** - A Secretaria de Estado de Educação do Estado do Paraná poderá incluir nas diretrizes educacionais temas referentes ao uso de Energias Renováveis e Regeneráveis a curto prazo para o ensino regular fundamental e médio, além dos cursos profissionalizantes.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2011.

LUIZ EDUARDO CHEIDA  
Deputado Estadual – PMDB

### JUSTIFICATIVA

O Estado do Paraná possui um dos maiores rebanhos do Brasil, possui uma população de frangos e suínos que o coloca como um dos maiores do setor em nosso país. É o maior produtor de grãos, além de inúmeras outras culturas que dão orgulho ao nosso povo.

Mas a atividade agrícola também produz uma série de subprodutos que causam impactos ambientais negativos. Os dejetos dos animais desde o momento em que são liberados começam a produzir gases como o CO<sub>2</sub> e o metano, ambos são considerados causadores do efeito estufa.

Quando não adequadamente captados e tratados os dejetos animais acabam por poluir os recursos hídricos do Estado. Da mesma forma qualquer outro material orgânico quando entra em decomposição gera os gases de efeito estufa.

Entretanto, toda esta matéria orgânica tem um potencial calórico, ou seja, energético muito elevado. Não é nenhuma novidade a utilização do biogás na produção de energia elétrica nas propriedades rurais. A grande novidade é a possibilidade de utilização do excedente desta energia elétrica.





Em 2004 um decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República criou no Brasil a possibilidade de utilização da Energia Elétrica produzida em pequenas propriedades, foi então instituído em nosso ordenamento a Geração Distribuída.

E foi o Paraná quem primeiro apropriou-se desta nova modalidade, mais uma vez dando exemplo ao Brasil. A Itaipu Binacional, que tem uma plataforma de Energias Renováveis, em parceria com a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, e com a Companhia Paranaense de Saneamento – Sanepar, conseguiram estabelecer parâmetros de segurança para a utilização desta modalidade.

Com isto, estes organismos estatais (ITAIPU, COPEL e Sanepar) lançaram projetos pilotos que já estão em pleno funcionamento. Hoje, cinco unidades de demonstração operam pela Bacia do Paraná 3, demonstrando a viabilidade técnica e econômica desse tipo de atividade.

Na cidade de São Miguel do Iguaçu, a Granja Colombari, primeiro dos protótipos a entrar em operação, produz 384 kilowatts/hora por dia, a partir dos dejetos de 3 mil suínos. A expectativa é vender, em média, um terço dessa carga para a Copel, proporcionando uma receita média mensal de até mil reais para a Colombari, conforme estudos iniciais sobre a rentabilidade do negócio.

Para se ter uma idéia do potencial deste modelo o aproveitamento dos dejetos de suínos para a geração de energia, em todo o Brasil, poderia alcançar 1 milhão de MWh, o suficiente para atender ao consumo de 4,7 milhões de pessoas. Essa projeção consta no livro *Agroenergia da Biomassa Residual: perspectivas energéticas, socioeconômicas e ambientais*, lançado durante o 4.º Congresso Internacional de Bioenergia, que aconteceu de 18 a 21 deste mês de agosto, em Curitiba.

Com este programa o trabalhador do campo em nosso Estado terá uma complementação de renda e uma garantia de recebimento financeiro durante todo o ano. E não só poderão auferir recursos com a venda direta de energia elétrica e com a economia na conta de luz, uma vez que produzirão suas próprias energias, mas também em programas de seqüestro de carbono.

A biodigestão dos resíduos também possibilita renda extra pela venda de créditos de carbono decorrentes da captura de gases do efeito estufa, ao evitar que o dióxido de carbono e o metano gerados pelos resíduos sejam lançados na atmosfera.



Dessa forma, o ganho financeiro para quem adota a Geração Distribuída agrega-se à necessidade de se adotar energias renováveis como estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas, preocupação hoje em escala planetária.

Antes da regulamentação da Geração Distribuída, o produtor que investia em biogás, por não ter alternativas em relação ao excedente de energia produzido em sua propriedade, simplesmente queimava o excesso – um contra-senso no passado e hoje mais ainda, visto que eficiência energética é uma demanda fundamental não só de ordem econômica, mas, também e sobretudo, de ordem ambiental.

A COPEL já tem adquirido energia elétrica desta modalidade. O Presidente Rubens Ghilardi afirmou no 1º Congresso Brasileiro de Geração Distribuída com Energias Renováveis, realizado em Curitiba neste mês de agosto, que a COPEL está desenvolvendo um projeto em Marechal Cândido Rondon montando um condomínio de pequenos agricultores, que vão instalar biodigestor em suas propriedades e o gás produzido será transportado para uma central e vendido para a Copel.

Enfim, esta é a política onde só existem ganhos, afinal ganha o Estado com geração de energia elétrica, ganha o meio ambiente, ganham os produtores rurais e assim ganha a população paranaense.

Por fim é imprescindível declarar que o presente projeto foi produto de uma equipe de especialistas no setor e que são os grandes responsáveis pelos projetos já desenvolvidos em nosso Estado como citamos anteriormente. Desta forma agradecemos e enaltecemos a participação dos senhores: Cícero Bley, coordenador da Plataforma de Energias Renováveis de Itaipu Binacional; Francisco José Alves de Oliveira, superintendente da Diretoria de Engenharia / Energias Renováveis da Companhia Paranaense de Energia (Copel); Ednei Bueno do Nascimento, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB); e Maria Arlete Rosa, diretora de Meio Ambiente e Ação Social da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), e de outros prestimosos servidores.

9



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 082/11**

**Projeto de Lei nº 082/11**

**Autor: Dep. Luiz Eduardo Cheida**

**Súmula:** Institui a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis - GDER no Estado do Paraná e dá outras providências.

**EMENTA:** RETORNO DE DILIGÊNCIA. MEIO AMBIENTE. CRIAÇÃO DE POLÍTICA ESTADUAL PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 24 E 225 DA CF. ARTS. 65 E 207 DA CE. ART. 8º LC 95/98. ARTS. 29, 124 E 137 RI ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de iniciativa do Deputado Luiz Eduardo Cheida, objetiva instituir a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis no Estado do Paraná.

Neste âmbito, visa instituir a primeira semana de setembro de cada ano como a "Semana Estadual da Geração Distribuída com Energias Renováveis" e incentivar as concessionárias de distribuição de energia localizadas no Paraná, a comprar a energia proveniente da Geração Distribuída.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Dispõe ainda sobre políticas a serem adotadas pelo Poder Executivo, pelas autarquias, sociedades de economia mista, pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e pela Secretaria de Estado de Educação do Estado do Paraná.

Além disso, concede um prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 18 (dezoito) meses, para as unidades de Geração Distribuída já instaladas se adequarem às normas dispostas no Projeto de Lei.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)**

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção do meio ambiente, conforme o artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;**  
(Grifo nosso)

Destarte, a Carta Magna dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações:

**Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.**

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 207:

**Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.**

Além disso, como há um envolvimento direto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e, a fim de



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



evitar a "Inconstitucionalidade" do presente projeto<sup>1</sup> (atribuição de função a Secretaria), **determinou-se que o projeto de lei fosse baixado em diligência à SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB** para análise de viabilidade de um eventual prosseguimento deste.

Assim, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, se manifestou através do Memorando nº 334/2011, não demonstrando óbice algum a tramitação do projeto de lei ora em tela, no entanto, sugeriu algumas modificações ao mesmo.

Corroboram deste entendimento os pareceres da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, Secretaria de Agricultura e do Abastecimento – SEAB, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná.

Ademais, o projeto de lei ora em tela não indica de forma expressa o prazo da vigência da lei, ferindo o artigo 8º da Lei Complementar Federal 95/98:

**Art. 8º. A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a**

---

<sup>1</sup> **Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de **iniciativa privativa do Governador do Estado** as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e **atribuição das Secretarias de Estado** e órgãos da Administração Pública.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**cláusula "entra em vigor na data de sua publicação"  
para as leis de pequena repercussão.**

Desta forma, com o objetivo de acatar a sugestão apresentada pelos órgãos supramencionados e adequar o presente projeto a técnica legislativa, propõe-se o seguinte substitutivo geral, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.**

**§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:**

**III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.  
(grifos nossos)**

Ainda, dispõe o art. 137, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo geral quando abrange o seu conjunto.**

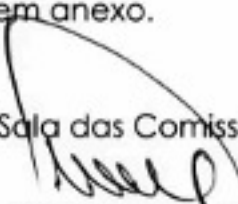


**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, ~~em sede de análise prévia~~, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**RELATOR**

*Canto Quintana*

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**

**RELATOR**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 082/2011**

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei nº 082/11 a contar com a seguinte redação:

**SÚMULA:** Institui a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis – GDER no Estado do Paraná e dá outras providências.

**Art. 1º.** Fica instituída a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis – GDER, no Estado do Paraná.

**Art. 2º.** Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I. Energias Renováveis – aquelas produzidas por fontes regeneráveis a curto prazo e que não geram emissões de carbono ou são carbono-neutras. Incluem-se neste campo as fontes hidráulica, cinética (eólica e oceânica), solar, biomassa, biomassa residual, gravitacional (marés) e geotérmica.

II. Geração Distribuída – é o gerador de energia de pequeno porte, cujos limites de potência estão definidos no Art. 14º do Decreto Federal nº 5163/2004, e que se conecta ao sistema local de distribuição de energia.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 3º.** Os organismos de pesquisa e extensão rural, públicos e privados receberão incentivos para **prestarem serviços ao** desenvolvimento e a inovação na produção e uso da Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte para descentralizar o sistema de geração e promover em **escalas Industrial e agropecuária viáveis** para as tecnologias e processos que gerem esse tipo de energia.

**Art. 4º.** As concessionárias de distribuição de energia localizadas no Estado do Paraná serão estimuladas a participar deste esforço de incentivo à compra de energia proveniente da Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte dentro dos preceitos estabelecidos pela legislação federal e da presente Lei, **de acordo com as necessidades de compra de cada distribuidora e observados os limites regulatórios de contratação.**

**Art. 5º.** Tão logo seja definida a implantação e as regras da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para a Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte, o Poder Executivo, por meio de Decreto ou regulamentação determinará às concessionárias de energia elétrica que operem no Estado do Paraná as modificações necessárias para o credenciamento das instituições de **pesquisa, ensino e extensão rural**, em cada correspondente para **assistir**, capacitar, orientar e validar projetos técnicos a serem apresentados para atender as chamadas públicas de compra de energia.

**Art. 6º.** As autarquias e as sociedades de economia mista do Estado do Paraná, observados os respectivos estatutos, adequarão as suas estruturas



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de forma a compatibilizar as suas atividades com as ações e programas de governo visando tornar efetivas as ações e programas decorrentes da Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte estabelecida por esta Lei.

**Art. 7º.** O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER **poderá oferecer a seu público alvo serviços de elaboração de projetos, compor equipes técnicas para essa finalidade e fornecer assistência técnica na produção das matérias-primas** necessárias aos projetos de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte, conforme já estabelece em seus objetivos legais.

**Art. 8º.** É obrigatória a autorização ou o licenciamento ambiental, conforme a característica ou porte do empreendimento de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte, estabelecido na legislação ambiental pertinente.

**Art. 9º.** As unidades de Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte já instaladas até a data de publicação da presente Lei terão um prazo mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 18 (dezoito) meses, para adequarem-se às normas previstas neste diploma legal e nas regulamentações oriundas da mesma.

**Parágrafo único.** O órgão administrativo competente estabelecerá os prazos de adequação para cada tipo de empreendimento.





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

D. L.  
Fls. 58

**Art.10.** Para todos os efeitos legais e administrativos, bem como para os efeitos tributários, os produtores rurais poderão emitir a nota do produtor rural, ou documento equivalente, para a operação de venda de energia elétrica produzida nos moldes previstos neste diploma legal.

**Parágrafo único.** O proprietário rural que aderir ao programa de Geração Distribuída com Energias Renováveis não terá seu enquadramento tributário alterado.

**Art. 11.** A Secretaria de Estado de Educação do Estado do Paraná poderá incluir nas diretrizes educacionais temas referentes ao uso de Energias Renováveis e Regeneráveis a curto prazo para o ensino regular fundamental e médio, além dos cursos profissionalizantes.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, de de 2011.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



## COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 082/2011

O presente projeto de lei, de autoria do Luiz Eduardo Cheida, tem por escopo instituir, no Estado do Paraná, a política estadual de geração distribuída com energias renováveis.

Em razão do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse coletivo, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2012.

  
DEPUTADO JONAS GUMARÃES

RELATOR

  
  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Agricultura**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 82/2011**

**Projeto de Lei nº. 82/2011**

**Autoria: Dep. Luiz Eduardo Cheida**

**Súmula:** Institui a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis – GDER no Estado do Paraná e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo instituir a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis – GDER no Estado do Paraná. Conceitua Energias Renováveis e Geração Distribuída e estabelece mecanismos de incentivo à geração da energia menos poluente.

A geração distribuída de eletricidade consiste na produção da energia no local de seu consumo, ou próximo a ele. Eventuais excedentes desta geração podem ser vendidos à rede local, ou a instalações vizinhas.

Na justificativa do Projeto o autor frisa os benefícios trazidos pelo reaproveitamento, por parte dos produtores rurais, de dejetos de seu rebanho para produzir energia. Com o incentivo à venda do excedente da produção de energia, essa ou outras formas de produção possuem um grande potencial para desenvolvimento do próprio produtor e da região em que vive.

Após a baixa em diligência da proposição para várias entidades do setor, recebeu da Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva Geral, no dia 14/12/2011, tendo como relator o Deputado Tadeu Veneri. Tal emenda observou algumas sugestões da SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Agricultura**



e do Abastecimento), da COPEL e da EMATER e tem por objetivo aperfeiçoar o projeto, ampliando em alguns casos sua área de abrangência, limitando os casos de contratação e aumentando a área de atuação da EMATER no programa.

Recebeu, ainda, parecer favorável da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, no dia 27/02/2012, tendo como relator o Deputado Jonas Guimarães, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-K do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, constatamos que o presente Projeto observa e se adequa perfeitamente à legislação federal que aborda tal assunto, na qual devemos observar, principalmente: o Decreto 5.163/2004, que permite às empresas concessionárias distribuidoras comprar de fontes de geração distribuída, até 10% da energia vendida aos consumidores; a Lei 10.762/2003, que determina que as fontes de geração cuja capacidade for menor ou igual a 1 megawatt pagam apenas metade das tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição; e a Lei 10.438/2002, que criou o Programa PROINFA para incentivar as unidades termelétricas que consomem produtos ou resíduos da biomassa e geradores eólicos, fazendo com que se pague valores mais altos para a energia gerada por estas centrais, comparados às fontes de energia mais competitivas. Além disso, a atual legislação do setor elétrico brasileiro permite que proprietários de PCH's possam vender sua energia para "consumidores livres", caracterizados, neste caso, como aqueles com uma demanda maior ou igual a 0,5 megawatts.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Agricultura**



O Projeto estabelece que os organismos públicos e privados de pesquisa e extensão rural receberão incentivos para desenvolver a geração distribuída com energias renováveis, sendo que as concessionárias de distribuição de energia serão estimuladas a participar do esforço para adquirir energia proveniente de tal método, apesar de não especificar quais serão os benefícios concedidos.

Determina que, assim que a Agência Nacional de Energia Elétrica estabelecer regras para a implantação de tal tipo de geração, o Poder Executivo deverá determinar que as concessionárias efetuem as modificações necessárias para o credenciamento das instituições responsáveis pelo andamento do programa, sendo que as autarquias e empresas de economia mista deverão se adequar visando a compatibilização à tal política.

Concede o prazo de 06 (seis) a 08 (oito) meses para as unidades de Geração Distribuída com Energias Renováveis já instaladas adequarem-se às normas previstas no Projeto e estabelece que "o órgão administrativo competente" estabelecerá o prazo observado para cada tipo de empreendimento, mas não determina qual será o órgão responsável por tal atribuição.

Fica claro que o Projeto de Lei em análise traz inúmeros benefícios, proporcionando oportunidade de geração de renda no campo e melhorando a qualidade de vida do produtor rural, em especial do agricultor familiar, além de proporcionar uma adequação ambiental e na potencialização do desenvolvimento regional sustentável. É um grande avanço, incentivando as alternativas de crescimento no campo e oportunizando que o trabalhador rural possua uma fonte de renda



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Agricultura**



alternativa aproveitando uma matéria prima que muitas vezes era inutilizada e ocasionando impactos muito menores quando comparado às centrais de grande porte. A geração distribuída não só viabiliza unidades geradoras de pequeno porte, como também promove a eficiência energética regional, reduzindo os custos da energia e viabilizando o emprego de todas as fontes renováveis disponíveis (solar, eólica, biogás, hidráulica, etc).

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2011.

P. Lupion  
Presidente

HERMAS BRANDÃO JR  
Presidente

ANIBELLI NETO  
Relator

**PROJETO DE LEI N.º 142/2012**

**Súmula:** Transforma o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

**Art. 1.º** O Escritório de Representação do Governo, unidade do nível de assessoramento da Casa Civil passa a constituir-se em um órgão de assessoramento, subordinado diretamente ao Governador do Estado.

**Art. 2.º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários a implementação desta Lei.

**Art. 3.º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 ABR. 2012

*[Assinatura]*  
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 29 de março de 2012  
OF CEE/G 078/12

I – À DAP para leitura no expediente  
II – A D L para providências.

Em, 03/04/2012

*[Assinatura]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 09/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que transforma o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*

CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

**MENSAGEM N.º 09/12**

Curitiba, 29 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que transforma o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

Os Escritórios de Representação do Governo, de acordo com o Regulamento da Casa Civil, aprovado através do Decreto n.º 582, de 17 de fevereiro de 2003, são unidades de assessoramento da própria Casa Civil, podendo ser instalado mediante proposição do Chefe da Casa Civil e por ato próprio do Governador do Estado.

Com a presente proposta, objetiva-se a criação de um Órgão no organograma da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, subordinado diretamente ao Governador do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

lhph/Protocolo n.º 11.271.735-8





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 142/12**

**Projeto de Lei nº. 142/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 009/12**

**Súmula:** Transforma o escritório de representação do governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

**EMENTA:** TRANSFORMA O ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO SUBORDINADO AO GOVERNADOR DO ESTADO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 33-A E 124 RI ALEP. ARTS. 65, 66, 87 E 133 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo transformar o escritório de representação do governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Concedido vista.**

Em 10 / 04 / 12

Tadeu Veneri  
CCJ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



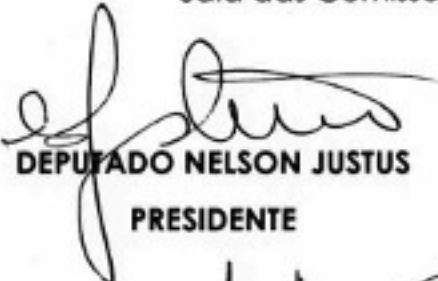
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
**RELATOR**



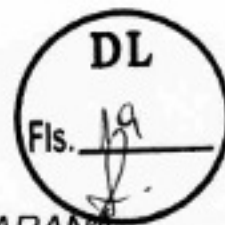








ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 142/12**

O presente Plano de Lei em análise é oriundo da Mensagem Governamental nº 02/12, e objetiva transformar o Escritório de Representação do Governo em órgão de Assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, §2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Neste sentido, esta Comissão de Finanças, entende que o proponente da matéria tem a competência para iniciar projetos dessa natureza conforme preceitua o art. 65 da Constituição do nosso Estado.

Do mesmo modo constata-se que a Constituição do Estado do Paraná, em seus arts. 66 e 87, tratam da iniciativa privativa do Governador do Estado para propor matérias que disponham sobre a criação estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

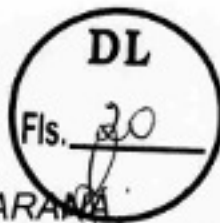
Assim sendo, esta Comissão manifesta seu parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 142/12.

É o parecer.

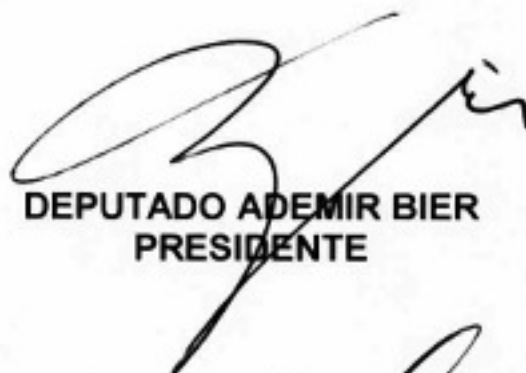




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



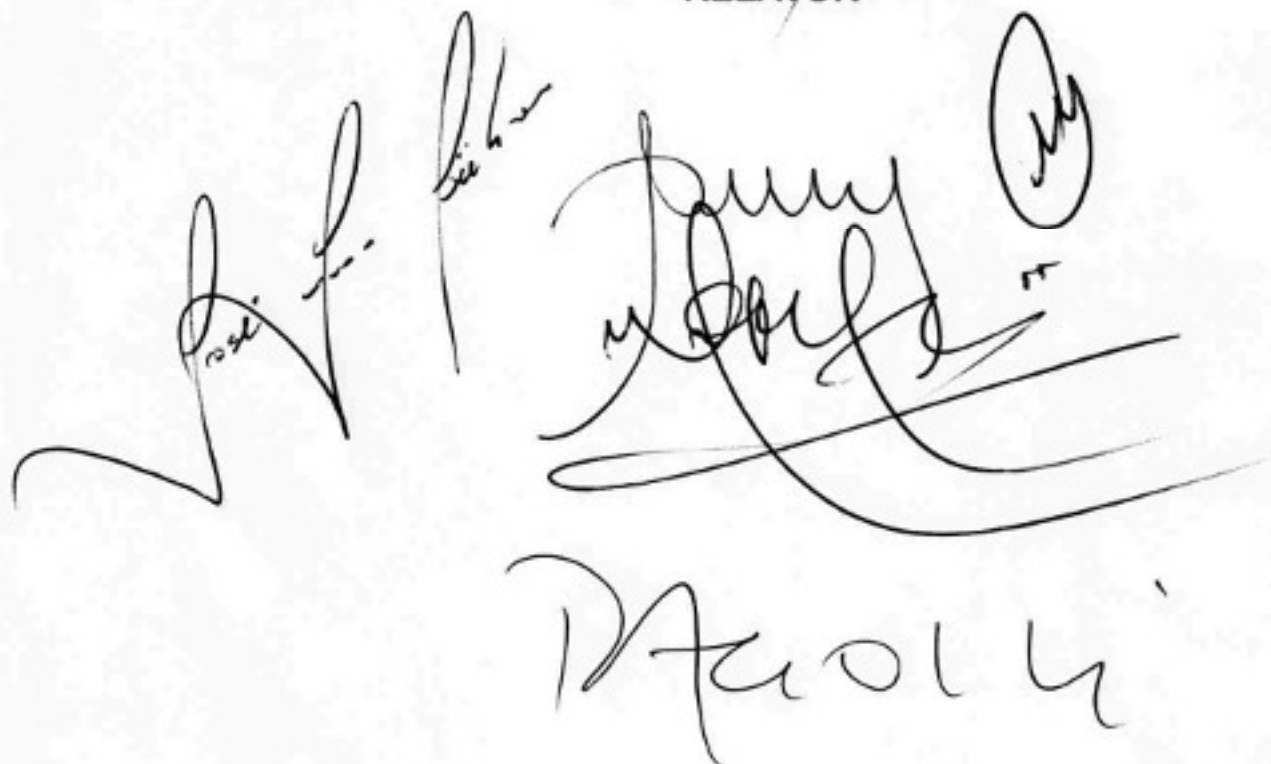
Sala das Comissões em 25/04/12



DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE



DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR



Handwritten signatures and notes, including a large signature that appears to be 'Rusch' and another that appears to be 'Bier'.